

Sábado, 11 de Abril de 2026

Por que o governo Trump voltou a atacar o Pix e o que EUA podem fazer contra ele?

INTERFERÊNCIA EXTERNA

g1

Quase dez meses depois de abrirem uma investigação comercial contra o Pix, os Estados Unidos voltaram a alfinetar o sistema de pagamentos instantâneo brasileiro, reacendendo a discussão sobre as investidas do governo Trump contra ele e as possíveis medidas de efeito prático que pode tomar nesse sentido.

O Pix foi mencionado em um relatório de 31 de março em que os EUA listam o que consideram barreiras comerciais de mais de 60 países contra empresas americanas.

O documento foi elaborado pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (Office of the United States Trade Representative, USTR), a mesma agência que em julho do ano passado abriu um inquérito para apurar se considera o Pix uma "prática desleal", que fere a competitividade do setor produtivo americano.

O Pix é citado três vezes nas mais de 500 páginas do National Trade Estimate Report de 2026, em apenas um parágrafo:

"O Banco Central do Brasil criou, detém, opera e regula o Pix, uma plataforma de pagamentos instantâneos. Partes interessadas dos EUA expressaram preocupação com o fato de o Banco Central do Brasil conceder tratamento preferencial ao pix, o que prejudica os fornecedores de serviços de pagamento eletrônico dos EUA. O Banco Central exige o uso do pix por instituições financeiras com mais de 500.000 contas."

O governo brasileiro reagiu e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a afirmar que o "o Pix é do Brasil". "Ninguém vai fazer a gente mudar o Pix", ele declarou em entrevista na semana passada.

Até o presidente da Colômbia saiu em defesa do sistema de pagamentos brasileiro. Na segunda-feira (6/4), Gustavo Petro elogiou o modelo e, em uma longa publicação nas redes sociais, pediu que o sistema fosse estendido a seu país.

A investigação da USTR ainda está em andamento e não tem data fechada para ser concluída. Enquanto se aguarda o desfecho, uma das perguntas que surgem no debate em torno do caso é: o que os EUA podem fazer de concreto contra o sistema de pagamentos brasileiro?



Especialistas apontam que o PIX contraria interesses de big techs e de empresas de cartão — Foto: Getty Images/BBC

As armas dos EUA

Os especialistas em comércio exterior e regulação econômica ouvidos pela reportagem frisaram que os EUA não têm jurisdição para agir diretamente contra o Pix.

As ferramentas à disposição dos americanos se concentram no âmbito comercial e estão descritas na própria legislação que foi usada para abrir a investigação contra o Brasil, a seção 301 do Trade Act de 1974.

Vão desde a suspensão de benefícios e acordos comerciais à restrição de importações de produtos e serviços ou imposição de tarifas sobre esses bens e serviços.

Ou seja, os EUA poderiam, por exemplo, dar início a um novo tarifação sobre as exportações brasileiras com destino aos portos americanos ou retirar o Brasil do Sistema Geral de Preferências (SGP), um programa de benefícios tarifários instituído nos anos 1970 para países em desenvolvimento.

"Trata-se, portanto, mais de um mecanismo de pressão externa e econômica sobre o Estado brasileiro do que um poder regulatório sobre a infraestrutura de pagamentos em si", destaca Camila Villard Duran, especialista em direito econômico e regulação do mercado monetário.

Duran destaca que no novo relatório do USTR a linguagem usada no capítulo do Brasil é semelhante à que descreve supostas "práticas desleais" no setor de pagamentos em diversos outros países que também são criticados pelos EUA.

"O caso brasileiro, nesse sentido, não é isolado, mas integrado a uma estratégia política mais ampla de contestação de práticas nacionais em serviços financeiros digitais", diz ela, que é professora associada de direito da ESSCA School of Management, na França, e cofundadora do Instituto Mulheres na Regulação.

"Assim, a consequência mais plausível não é uma medida direcionada tecnicamente ao Pix, mas sim alguma forma de retaliação comercial mais ampla", avalia Duran.

Nesse sentido, uma fonte brasileira próxima às negociações diz ser difícil arriscar o que exatamente viria, caso a investigação de fato concluísse que as acusações contra o Brasil são pertinentes.

Historicamente, pondera a fonte, os EUA pouco usaram o instrumento da seção 301 do Trade Act de 1974 e, no caso específico da investigação contra o Brasil, o escopo de temas analisados pelo USTR é amplo e vai bem além do Pix.

Também inclui, por exemplo, as tarifas a que os produtores de etanol americanos estão submetidos para acessar o mercado brasileiro e até o desmatamento ilegal, acusado de dar vantagem competitiva injusta às exportações agrícolas brasileiras.

Renê Medrado, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, faz avaliação semelhante e exemplifica: ainda que os EUA por ventura optassem por uma retaliação comercial ampla, é difícil estimar se as eventuais tarifas seriam colocadas para uma lista ampla de produtos ou se seriam seletivas.

"E tem isso de que o governo americano às vezes fala que vai [fazer alguma coisa], depois volta atrás...", ele acrescenta, ao comentar sobre o desafio de se traçar possíveis cenários.

"Agora, o ponto é: o ambiente hoje é bom", completa Medrado, referindo-se ao estado das relações entre os governos Lula e Trump.

Desde que os dois presidentes se cruzaram nos bastidores da assembleia-geral da ONU em Nova York em setembro do ano passado, há um diálogo bilateral maior entre Brasil e EUA e uma expectativa de que um encontro presencial formal entre os dois aconteça.

"O alcance dessas medidas dependerá muito mais da dinâmica da política bilateral e da eficácia da diplomacia brasileira", comenta a professora Camila Villard Duran.

O que está em jogo

Por que então os EUA voltaram a alfinetar o Pix? No relatório do USTR de março do ano passado, o sistema de pagamentos instantâneo brasileiro não havia nem sido mencionado diretamente, ao contrário do que aconteceu no deste ano.

Mesmo no documento em que formalizou a investigação contra o Brasil, a agência não citou o Pix nominalmente, apesar de ter feito referência indireta a ele ("O Brasil também parece se envolver em uma série de práticas desleais com relação a serviços de pagamento eletrônico, incluindo mas não se limitando a favorecer seus serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo", diz o texto).

A fonte ouvida pela BBC News Brasil que tem proximidade com as negociações comenta que uma das hipóteses para o endurecimento no tom agora foi o desfecho de uma reunião recente da Organização Mundial do Comércio (OMC) em que o Brasil bloqueou uma proposta dos EUA e outros países para estender a moratória de tarifas aduaneiras sobre transmissões eletrônicas, que inclui serviços digitais como *streamings*, *softwares* e jogos.

E há ainda a grande derrota que o tarifaço de Trump sofreu no judiciário americano em fevereiro deste ano, quando a Suprema Corte considerou que o instrumento que vinha sendo usado para embasar as medidas (a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, ou IEEPA, na sigla em inglês), na verdade não autorizava o governo americano a instituir as tarifas.

Em um artigo de março deste ano, duas analistas do centro de pesquisas americano Brookings Institute pontuaram que, diante desse revés, a Seção 301, usada na investigação contra o Brasil, pode entrar no cardápio do governo americano como opção para voltar a taxar seus parceiros comerciais.

Do lado do setor financeiro, a jurista Camila Villard Duran chama atenção para a expansão do Pix no Brasil, "que altera diretamente o equilíbrio competitivo para empresas americanas, como Visa e Mastercard", mas especialmente para o fenômeno mais amplo no qual ele está inserido, de transformação estrutural e reorganização da ordem monetária e financeira internacional.


"O Pix já não é apenas um sistema de pagamentos eficiente. Ele representa um modelo de infraestrutura pública, que reduz a dependência de redes privadas estrangeiras e concentra, no âmbito doméstico, o controle jurisdicional sobre dados e fluxos financeiros", destaca Duran.

A professora aponta que, no relatório do USTR, os EUA fazem críticas semelhantes às feitas ao Brasil a países como Índia, Tailândia e Paquistão, "onde políticas públicas nacionais promovem sistemas domésticos de pagamento, impõem requisitos de localização de dados ou criam barreiras regulatórias à atuação de empresas estrangeiras".

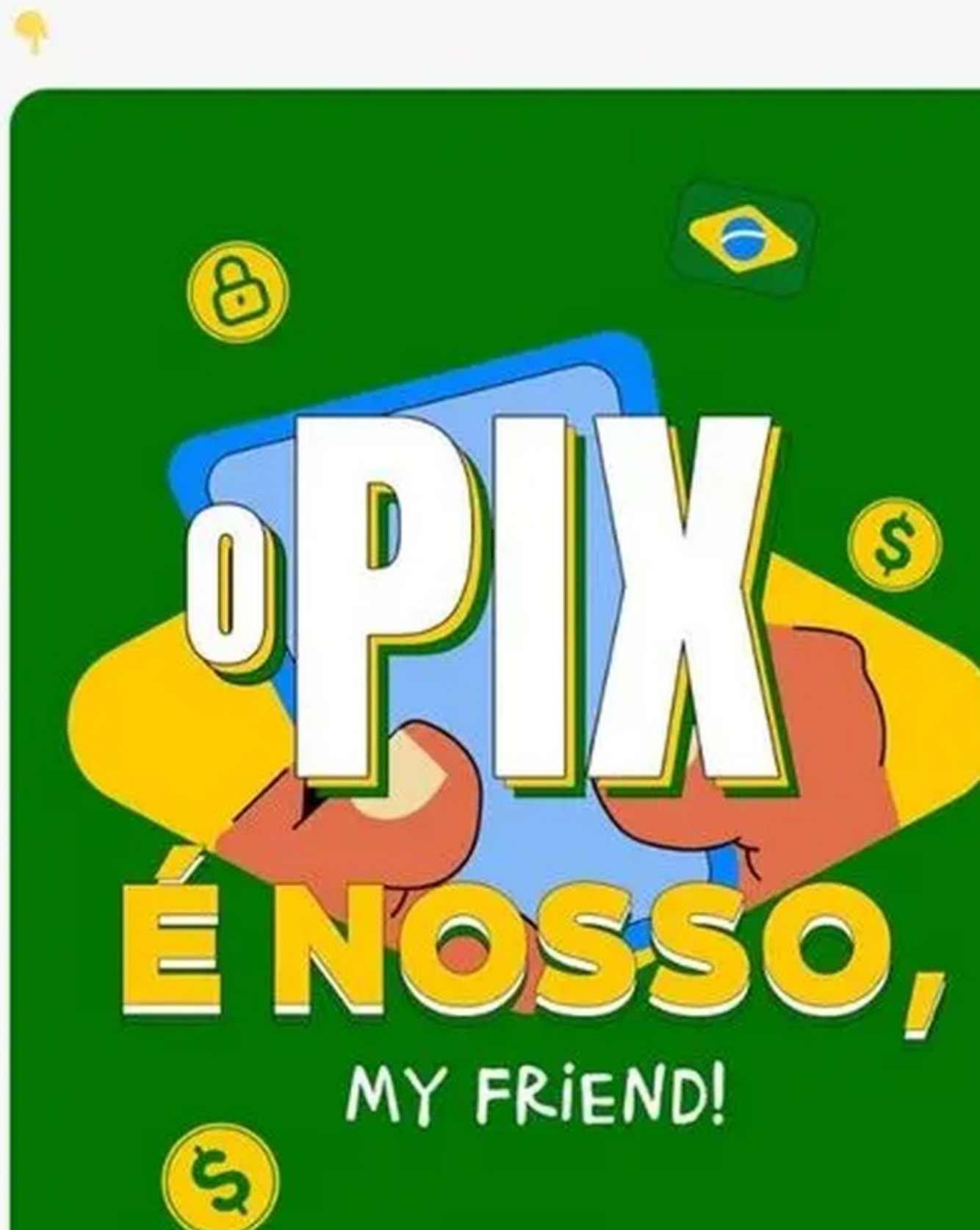
"Em todos esses casos, o argumento dos EUA é semelhante: tais medidas seriam discriminatórias e restringiriam o acesso de empresas americanas a mercados nacionais", completa.



Governo do Brasil  @govbr · 5 h

O PIX é do Brasil e dos brasileiros! 

Parece que nosso PIX vem causando um ciúme danado lá fora, até carta reclamando da existência do nosso sistema Seguro PIX. Sem taxas.



Post do governo federal de julho de 2025: gestão Lula tem procurado usar episódios para tentar melhorar imagem — Foto: Governo do Brasil/X

Da economia à política

Diante desse panorama, Duran avalia que a pressão sobre o Pix e sobre sistemas de pagamentos de outros países também está ligada a uma questão ainda mais ampla, de soberania.

O que está em jogo, diz ela, já não é apenas a concorrência entre empresas, "mas o controle sobre infraestruturas consideradas como críticas".

"Nas minhas pesquisas, tanto sobre a criação do euro digital como sobre os projetos de plataformas alternativas para transações financeiras transfronteiriças, noto que a ideia de 'soberania monetária' está se deslocando muito rapidamente da autonomia da política monetária para o controle jurisdicional sobre as infraestruturas de pagamento e dos dados monetários que elas geram", afirma Duran.

"A moeda, na economia digital, torna-se cada vez mais informação e, nesse contexto, o controle jurisdicional sobre esses dados passa a ser um elemento central do poder monetário estatal."

Isso ajuda a explicar porque as polêmicas em torno do Pix também mobilizam a arena da política.

Desde o início dos ataques do governo Trump ao sistema de pagamentos a gestão Lula tem procurado usar os episódios para melhorar sua imagem apostando em um discurso focado justamente na soberania nacional.

Membros do governo também têm buscado usar a polêmica para atingir adversários políticos, especialmente aqueles ligados ao bolsonarismo, que têm um histórico de proximidade com a gestão Trump.

Após a divulgação do último relatório do USTR, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o "silêncio" de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), dizendo que o senador "prefere bater palma para americano do que defender o que facilita a vida de milhões de brasileiros" e que acabaria com Pix.

Diversos vídeos e conteúdos anônimos compartilhados nos últimos dias também faziam afirmações nesse sentido.

Flávio, que é pré-candidato à presidência, chegou a se pronunciar sobre o assunto e negou qualquer intenção de acabar com o sistema de pagamentos.

O assunto promete estar entre os temas de discussão da eleição presidencial de 2026.